

A casa como espaço sagrado da submissão feminina

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

No artigo discutimos os fundamentos ideológicos da dominação masculina sobre as mulheres na cultura grega antiga, separando os espaços de ação atribuídos a cada parte, como estabelecido por Xenofonte no *Econômico*. Para o homem foi concedida a visibilidade da vida pública, enquanto a mulher permaneceu na obscuridade da vida privada. A função da mulher era servir silenciosamente aos cuidados da casa.

Palavras-chave: Patriarcalismo; Mulher; Submissão; Esfera Privada.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.

A derrocada do Direito Materno foi a derrota do sexo feminino na história universal. O homem tomou posse também da direção da casa, ao passo que a mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução.

Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece absolutamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado (ENGELS, 2012, p. 60).



Introdução

A subjugação da mulher ao poder masculino se manifesta como uma constante desde os primórdios da formação da cultura ocidental. Ocorreram configurações distintas em cada época que atenuaram ou amplificaram tal dominação, ou seja, sempre se perpetuou essa coerção masculina sobre a condição feminina. Se na era moderna iniciou-se o processo de emancipação da mulher perante o arbítrio do homem, tal circunstância não ocorreu por contingência ou por uma ação providencial, mas pela consolidação de inúmeras lutas de resistência que se empenhavam em garantir para as mulheres os amplos direitos cidadãos que lhe eram negados. Para que possamos compreender a história da dominação masculina sobre a mulher e lutar pela plena igualdade de

direitos civis é de grande relevância que nos dediquemos ao estudo das obras fundadoras de nossa ordenança social, analisando-as criticamente em seu estofado histórico e cultural para que possamos compreender os preconceitos de uma dada época e sua forma hegemônica de compreender a realidade e as relações humanas. Por conseguinte, o estudo do *Econômico* de Xenofonte é o foco principal de nosso artigo, sem que descuremos de efetivar articulações com autores clássicos e também fortalecermos o embasamento teórico com comentadores e outros pensadores que porventura apresentaram contribuições de grande impacto contra a mistificação da condição feminina no decorrer da história ocidental.

A Economia e sua disposição patriarcalista

Economia, na acepção grega original, nas palavras de Xenofonte (1999, p. 3), é a “administração do patrimônio familiar”, configurando-se assim como estudo das regras de ordenação do lar, a habilidade em gerenciar de forma proveitosa os recursos materiais para que a vida flua adequadamente no espaço privado e assim se favoreça uma plena participação do sujeito nas necessidades da vida pública. Economia

é assim o espaço da vida privada (idiotia). Nessa concepção, para que o ser humano possa desempenhar uma vida ética regulada pela virtude e pelo vigor da razão, a base familiar deve estar adequadamente organizada. Segundo os esclarecimentos de Marta Mega de Andrade,

A ciência da economia deve mostrar ao homem a boa utilização das coisas e dos seres, a fim de aumentar a casa – aumentar a riqueza, e, aumentando a posse, ampliar as possibilidades de aquisição (ANDRADE, 2001, p. 146).

Por conseguinte, o estudo conveniente da organização econômica era preocupação dos filósofos que vislumbravam estabelecer uma educação política propícia para a formação de cidadãos capacitados a atuarem autonomamente na esfera pública e assim realizar o objetivo primordial da vida humana. Podemos afirmar que a Economia não era assim jamais um fim em si mesmo, mas apenas um meio para a realidade maior da existência conforme o ideal filosófico grego, que é a ação política sustentada pela racionalidade ética. Ainda Marta Mega de Andrade argumenta que

A casa é o duplo da cidade, é o feminino em contraposição a um masculino, o escuro ao invés do claro, o interior de um exterior, a riqueza (economia) em oposição à política. Por não ser espaço político, integra o espaço social apenas na medida em que se opõe ou complementa a experiência cívica do espaço (ANDRADE, 2002, p. 29).

Em *Econômico*, Xenofonte redige um diálogo filosófico inspirado pelo

espírito socrático no qual trata sobre os fundamentos que devem regular a administração da casa, favorecendo a justa manutenção da ordem da vida privada de modo a proporcionar para a família e ao patriarca do lar, o homem (aquele que de acordo com o espírito patriarcal era naturalmente destinado para a atuação na vida pública), a harmonia e a prosperidade. Em uma sentença lapidar, Xenofonte expressa que “Do bom administrador é próprio administrar bem o seu patrimônio familiar” (XENOFONTE, 1999, p.3), enfatizando justamente a eficiência prática relacionada ao gerenciamento do lar, fazendo deste uma estrutura próspera na qual o bem-estar dos seus membros é soberano.

Contudo, por se tratar de uma organização rigidamente verticalizada, preconceitos culturais são indissociáveis da concepção ideológica da gestão econômica. Nessas condições, Xenofonte proclama: “Os bens entram na casa através dos atos do marido, mas são gastos, em sua maioria, através das despesas feitas pela mulher” (XENOFONTE, 1999, p. 19). Nessa configuração hierarquizada, o homem é o provedor social dos bens mediante o trabalho visível e cabe à mulher geri-los convenientemente no âmbito doméstico, evitando-se os desperdícios, circunstância que Xenofonte considera regra entre as mulheres por sua atribuída falta de controle racional, por suas pretensas futilidades, por sua imputada lubricidade. É usual que as culturas arcaicas considerem a mulher como a causa da ruína do homem e entrada dos males no mundo. A beleza aparente da mulher esconde os seus caracteres daninhos. Conforme a

interpretação de Marta Mega de Andrade,

A condição da mulher junto ao mundo delimitado para o humano é marcada por seus atributos, aqueles doados pelos deuses, e que fazem ela um imbatível artilheiro. Raça estranha, descendência do espanto, cujo estatuto não se reconhece nem como humano, nem como divino, nem como selvagem, o *gênos gynaikôn* dá lugar ao indefinido, ao duvidoso, ao ambíguo (ANDRADE, 2001, p. 47).

Caberia ao marido, detentor da razão na consciência administrativa, da autoridade da voz de comando e mesmo no uso da força física, exercer sobre a mulher a coerção adequada para atenuar suas ditas falhas naturais e assim se manter o equilíbrio do lar e dos bens familiares, promovendo então a paz e a prosperidade dos seus membros, disposições essas garantidas, a rigor, pela coerção. Marta Mega de Andrade comenta que

A formação da esposa, ao contrário da formação do homem de bem, não é um exercício de si. Cabe ao marido formá-la, e é seu mérito que a mulher demonstre virtude. A arte de bem formar a co-gestora dos bens da casa faz parte, pois, do papel ativo do “homem de bem” (ANDRADE, 2001, p. 150).

Tal preconceito se perpetua mesmo na atualidade, imputando-se para as mulheres a predominância de traços impulsivos que lhes fariam dispendar exageradamente seu dinheiro, gerando não apenas sua própria ruína financeira, mas também as dos maridos que patrocina esses gastos exorbitantes. Naturaliza-se assim a ideia de que a mulher compra por ímpeto, e o homem de modo racionalmente planejado,

tornando digno de estigmatização o homem que dispende dinheiro de maneira considerada descontrolada, pois se assemelharia ao pretensível hábito feminino tão lamentado. Eis nessa situação a ratificação da necessidade de se submeter a dimensão econômica ao plano ético, pois somente assim a razão prevaleceria sobre os apelos sensíveis que estimulam o dispêndio de recursos para satisfazer a sofreguidão dos desejos, produzidos incessantemente e dificilmente realizados.

Xenofonte postula a hierarquização sexual na ordenança do lar em nome do estabelecimento da comunhão conjugal, pois a mulher, ao se anular, favorece o progresso da casa. A mulher prendada, que trabalha pela organização do lar, ajuda no crescimento dos bens domésticos, cumprindo seu dever inato: “As suas mulheres, uns tratam de forma que as tenham como colaboradoras no crescimento do patrimônio, outros, de maneira que, no mais das vezes, elas o arruinam” (XENOFONTE, 1999, p. 18).

Xenofonte, no seu projeto filosófico de administração familiar, ratifica aquilo que seria a ordem natural das coisas: para o homem, a vida social na esfera pública da visibilidade, onde, pelo seu empenho profissional, pode adquirir a riqueza e o sustento do lar, para a mulher, a reclusão na dimensão da idiotia, a vida reservada, anônima, que somente encontra dignificação pelo ato de cuidar da ordem doméstica:

Já que ambas as tarefas, as do interior e as do exterior da casa, exigem trabalhos e zelo, desde o início, na minha opinião, o deus preparou-lhes a natureza, a da mulher, para os trabalhos e cuidados do interior, a do homem, para os trabalhos e cuidados do

exterior da casa. Preparou o corpo e a alma do homem para que possa suportar melhor o frio, o calor, caminhadas e campanhas bélicas. Impôs-lhe, por isso, os trabalhos fora de casa; à mulher, penso eu, por ter-lhe criado o corpo mais fraco para essas tarefas, disse-me ter dito, impôs as tarefas do interior da casa (XENOFONTE, 1999, p. 38).

A legitimação das distinções entre o masculino e o feminino através de instâncias metafísicas ratifica esse poder coercitivo que justificava tais antagonismos ontológicos. Eis assim o antagonismo entre a clareza da vida pública, conhecida, visível, aberta, expansiva, comunicacional, e a obscuridade da vida privada, desconhecida, secreta, fechada, retraída, silenciosa, idiotizada. A rua é masculina e a casa é feminina, como um útero que protege seus rebentos. Conforme esclarece Jean-Pierre Vernant,

O espaço doméstico, espaço fechado, com um teto (protegido), tem, para os gregos, uma conotação feminina. O espaço de fora, do exterior, tem conotação masculina. A mulher está em casa em seu domínio. Aí é o seu lugar; em princípio, ela não deve sair (VERNANT, 1990, p. 157-158).

A mulher digna que honra o nome do marido é aquela que não deseja suprimir essa diferenciação radical, mas que de bom grado se submete ao seu crivo normativo, ou ao menos não deixa transparecer qualquer insatisfação com essa situação e assim absorve a opressão patriarcal como um fato natural que organiza de maneira justa e conveniente as relações entre os sexos. Eis assim a instauração de uma pedagogia do silêncio sobre a subjetividade da

mulher. A naturalização do poder falocêntrico suprime toda percepção de historicidade e noção de construção social dessa relação autoritária de dominação moral.

Xenofonte, no *Econômico*, apresenta o que se configuraria como o padrão de educação clássica da mulher: ver o mínimo, ouvir o mínimo, falar o mínimo. Isso significa a anulação de qualquer demanda existencial da mulher perante os desmandos do marido. Podemos subtender nesse discurso a exigência para que a mulher anule todas as suas percepções para que a ordem doméstica se perpetue, independentemente da violação de sua própria subjetividade: Conforme o personagem Iscômaco explana para sua esposa: “Nada, minha mulher, é tão conveniente e belo para o homem quanto a ordem” (XENOFONTE, 1999, p. 43). O recato da mulher é indispensável para que a honra do marido se mantenha perante a ordem pública. Percebe-se com essas exigências normativas que já no mundo grego havia a condenação moral às mulheres que falam demais ou bisbilhotam a vida alheia ao invés de se concentrarem nas necessidades do lar. Podemos recorrer a Aristóteles para fortalecer essa argumentação:

É conveniente que uma boa esposa seja senhora do que se passa dentro de casa e tome conta de tudo, segundo as regras que estabelecemos; não deixará que ninguém entre em casa, a não ser com o conhecimento do marido, e há de evitar, em especial, as conversas das mulheres de soalheiro, que tendem a corromper o espírito. O que dentro de casa sucede, apenas a ela compete e, se de fora algum mal sobrevém, ao

marido apenas cabe a
responsabilidade (ARISTÓTELES,
2004, p. 81).

Para Xenofonte, o modelo de mulher é a dita “Mulher-Abelha” (*Melissa*), a mulher submissa, que fica dentro do interior da colmeia, isto é, cuidando dos afazeres da casa. A abelha-rainha/boa esposa apenas reina no espaço privado da casa. E pensar que muitas meninhas da sociedade burguesa usaram sandalhinhas cujo logotipo era uma abelhinha. Seria talvez uma vã coincidência comercial? A Melissa antiga reencarnou na era moderna como Amélia, a que era mulher de verdade para Mário Lago e Ataulfo Alves, pois cumpria convenientemente seus deveres domésticos de boa esposa e aceitava tranquilamente as privações materiais. Mas aí já é outra questão.

Considerações finais

A cultura patriarcal se caracteriza pela dominação completa sobre o modo de ser da mulher, submetida inapelavelmente ao crivo autoritário do macho. Tal poder dominador se revestiu no decorrer do tempo por uma aura tão inquestionável que esse sistema de hierarquização sexual foi naturalizado pelas próprias mulheres, silenciadas em suas aspirações de autonomia existencial perante o arbítrio dos homens. Nessas condições, apesar das mudanças significativas que percebemos na era moderna acerca da condição feminina, resquícios arcaicos desse patriarcalismo conservador ainda

permanecem incrustados nas relações sociais. No imaginário patriarcal de nossa estruturação social, persiste o preconceito de que a mulher não possuiria aptidões para exercer determinadas funções superiores, como a gestão política ou cargos administrativos de comando. Por conseguinte, a democratização das relações sociais pressupõe o reconhecimento dessas contradições sexuais, de modo a se empreender mecanismos concretos de transformação social que façam da competência e do mérito pessoal a atribuição de funções profissionais, e não a natureza do sexo, imputada como um destino metafísico inquestionável que aprisiona a pessoa ao seu conjunto de normas e sinais.

Referências

- ANDRADE, Marta Mega de. **A Cidade das Mulheres: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica**. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.
- _____. **A Vida Comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ARISTÓTELES. **Os Econômicos**. Trad. de Delfim Ferreira Leão. Lisboa: INCM, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. de Ciro Moranza. São Paulo: Lafonte, 2012.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Pensamento entre os gregos**. Trad. de Haiganuchi Sarian. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- XENOFONTE. **Econômico**. Trad. de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.